



TERRITÓRIO DA PRECARIZAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Denis Avelino

Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil

denisavelino@yahoo.com.br

Thiago Calheiros Dantas

Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil

professorthiagocalheirosdantas@gmail.com

Maria Francineila Pinheiro dos Santos

Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil

francineilap@gmail.com

RESUMO – Este artigo busca investigar e analisar as implicações de contratações de professores temporários no município de Rio Largo/AL no processo de ensino e aprendizagem. Trata-se de uma análise exploratória e descritiva com uma abordagem quali-quantitativa. O estudo recorreu à pesquisa bibliográfica, análise documental e aplicação de questionários para 32 professores contratados pelo referido município no período de 2017 a 2019. Essas ferramentas subsidiaram a pesquisa, assim como a elaboração de gráficos e quadros com os dados coletados. A análise dos dados demonstrou que a contratação temporária influenciou diretamente nas condições materiais de trabalho dos professores, inserindo-os em contexto de superexploração. Diante disso, verifica-se que a atuação dos professores temporários é marcada pela instabilidade empregatícia, fragilidade salarial, horas de trabalho excedentes e gratuitas, bem como ausência de recursos didático-pedagógicos. Tal contexto condiciona os professores temporários a não estabelecer laços firmes com o ambiente escolar. A relevância deste estudo consiste em refletir sobre as condições de trabalho dos professores, demonstrando as suas implicações no processo de ensino e aprendizagem, sobretudo quando se tratam de condições inadequadas diante das exigências e/ou necessidades para a realização de um trabalho comprometido com a educação de qualidade.

Palavras-chave: Professor temporário; fragilização na educação; fragmentação do processo de ensino- aprendizagem.

TERRITORY OF TEACHER PRECARIOUSNESS IN BASIC EDUCATION

ABSTRACT – This article aims to investigate and analyze the implications of hiring temporary teachers in the city of Rio Largo/ AL in the teaching and learning process. This is an exploratory and descriptive analysis with a qualitative-quantitative approach. The study used bibliographic research, document analysis and questionnaires for 32 teachers hired by the municipality in the period from 2017 to 2019. These tools supported the research, as well as the elaboration of graphs and tables with the collected data. The analysis of the data showed that temporary employment directly influenced the material working conditions of teachers, inserting them in a context of overexploitation. Therefore, it is verified that the performance of temporary teachers is marked by employment instability, salary fragility, overtime and free hours, as well as lack of didactic-pedagogical resources. This context conditions the temporary teachers not to establish strong ties with the school environment. The relevance of this study consists in reflecting on the working conditions of teachers, demonstrating their implications in the teaching and learning process, especially when it comes to inadequate conditions in the face of demands and/or needs for a work committed to quality education.

Keywords: Temporary teacher; weakening of education; fragmentation of the teaching-learning process.

INTRODUÇÃO

A precarização do trabalho docente é um tema recorrente no debate contemporâneo. As reflexões são diversas e se relacionam às questões contratuais, trabalhistas e de carreira, às condições precárias no ambiente escolar, às problematizações da formação inicial e continuada, aos diversos tipos de adoecimentos que atingem os educadores (Moura *et al.*, 2019), bem como aos prejuízos nas atividades acadêmicas. Nesse contexto, esse artigo busca responder ao seguinte questionamento: quais as implicações das contratações temporárias de professores em seu trabalho e/ou no processo de ensino-aprendizagem? O presente estudo tem como objetivo central investigar e analisar as implicações das contratações temporárias de professores da rede municipal de Rio Largo/AL no processo de ensino-aprendizagem.

O município de Rio Largo está localizado na região metropolitana de Maceió, capital do estado de Alagoas. Esse município avança no crescimento populacional que o coloca entre os mais populosos do estado, mas que, na região imediata, fica apenas atrás da capital (IBGE, 2023). Esse crescimento pressiona a demanda escolar municipal que dispõe, no Ensino Fundamental, de 45 escolas e que distribui 15.424 matrículas a serem atendidas por 794 docentes (IBGE, 2023).

É no avanço da demanda escolar que se inserem os professores temporários de Rio Largo. Essas contratações estão alinhadas às políticas educacionais que têm como principais atores as gestões municipais e estaduais como operadores de tais políticas. Tal situação contribui para o quadro em que 1 a cada 4 professores de escolas públicas brasileiras já são temporários (Brasil, 2014).

Pensando nessa problemática, esse trabalho adotou a metodologia da pesquisa exploratória, pautada na abordagem quali quantitativa. Desse modo, foi realizado o levantamento bibliográfico, bem como a elaboração e aplicação de questionários para 32 professores temporários do Ensino Fundamental do município de Rio Largo. Ademais, foram elaborados quadros e gráficos para apoiarem a análise dos resultados.

São fortes os indícios que demonstram a contratação temporária via Processo Seletivo Seriado - PSS como uma forma de territorializar um tipo de política trabalhista. No âmbito da Educação, esse tipo de política apreende e impacta o trabalho do professor bem como seus desdobramentos no ensino.

Em Rio Largo, a política educacional de composição do quadro de professores temporários via PSS encontrou adesão no triênio 2017-2019. Tendência que vem se territorializando como um fazer político desde 2006. Data em que se desenhou uma legislação municipal com essa finalidade, moldando o quadro funcional ao mesclar docentes temporários e efetivos.

A contratação temporária sugere mudanças no trabalho docente. A reflexão sobre essa problemática será feita com base na mobilidade e flexibilidade como categorias que alinham o trabalho docente às influências das transformações do mundo do trabalho.

Os impactos dessa política educacional são aqui confrontados com os princípios do aprender em comunhão de Freire (1996) e com os desafios da formação acadêmica dos professores imbricados às demandas escolares (Cavalcanti, 2017).

É assim que este artigo busca contribuir para a observância da composição do quadro docente no formato analisado, entendendo-a como uma política educacional específica que se territorializa nas escolas do referido município e que impacta o trabalho dos professores. As discussões encontram-se estruturadas em três momentos (nos subtítulos 1, 2 e 3). No primeiro, foi analisada a problemática do mundo do trabalho em escala geral buscando percebê-la no contexto da Educação. No segundo, foram analisados os seus desdobramentos na escala local, especificamente no que se refere ao trabalho dos professores nas escolas municipais de Rio Largo/AL. No terceiro momento, foi verificada a trama da precarização sobre o trabalho docente, conferida a partir dos seus próprios relatos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória, pautada na abordagem quali-quantitativa, que tem como objetivo central investigar e analisar as implicações das contratações temporárias de professores da rede municipal de Rio Largo/AL no processo de ensino-aprendizagem.

A escolha desse município ocorreu devido às recorrentes demandas de contratações temporárias nos últimos anos. Durante o lançamento de um dos editais, conhecemos a rede do referido município a partir do edital 2017. Como professores em exercício, também experienciamos as condições e demandas das escolas.

Contudo, para o alcance dos resultados, recorreu-se à pesquisa bibliográfica para fundamentar a leitura do problema em análise. A sistematização de dados do tipo misto (qualitativos e quantitativos) ocorreu por meio de três caminhos. O primeiro foi a construção do referencial teórico com revisão de literatura. O segundo foi a análise de documentos oficiais/técnicos (editais e lei federal e municipal que regulamentam o PSS) com enfoque nas temáticas política/técnica da Educação. A análise documental é técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, pois complementa e desvela “aspectos novos de um tema ou problema” e de onde também “podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador” (Ludke; André, p. 38, 1986). E o terceiro foi a verificação da fala dos professores de modo a identificar o que pensam sobre as condições de seu trabalho nas escolas.

Os autores possibilitaram compreender a dinâmica do mundo da produção e refletir criticamente sobre os impactos nas mudanças do mundo do trabalho. Assim, as contratações temporárias se vinculam aos processos de produção e precarização do trabalho que ocorrem em múltiplas escalas, como afirmam Harvey (1998), Antunes (1999), Santos (2010) e Druk (2011). Conforme os autores, a forma de ser da precarização se materializa numa dinâmica que vai do global ao local e que expressa sintomas presentes na totalidade do modo de produção social.

A partir de Fernandes (2009, 2008a, 2008b), buscamos compreender as problematizações dessa política educacional, entendendo-a nas relações territoriais de poder, as quais foram importantes para as definições sobre os atributos do território.

Ademais, foram elaborados e aplicados 32 questionários com professores temporários do município de Rio Largo no período de 2017, 2018 e 2019. Os questionários foram aplicados no formato online e eram compostos de 13 questões, sendo 12 de múltipla escolha e uma aberta. As questões versaram sobre gênero, idade, formação, tempo de experiência na área, organização das atividades na hora-aula, acesso a materiais escolares disponibilizados pela escola, atividades trabalhistas desenvolvidas fora da escola, a remuneração e a periodicidade de quitação salarial por parte do referido município. A questão aberta teve a intenção de suscitar elementos não previstos que pudessem ser contemplados pelos relatos dos professores. Com as respostas, foram elaborados quadros, gráficos e, por fim, analisados os resultados à luz da bibliografia e da regulamentação em vigor.

TERRITORIALIZAÇÃO DA PRECARIZAÇÃO: DO MUNDO DA PRODUÇÃO À DOCÊNCIA

A reestruturação produtiva do capital assolou o mundo do trabalho entre as décadas de 1980 a 2000 provocando mudanças nos processos socioeconômicos. Trata-se da elevação progressiva do maquinário especializado na produção, bem como das lógicas que são estimuladas e fortalecidas por esse meio. Lógicas de maximização dos lucros como processo resultante da globalização produtiva em busca da “mais-valia universal” uma vez que “a partir de agora a produção se dá à escala mundial” (Santos, 2010, p. 29-30).

Essas mudanças provocaram e disseminaram o aumento da mobilidade e flexibilização nos mais diferentes postos de trabalho, tornando-se uma força motriz no interior dessa lógica rentista e se

estendendo para todos os espaços. Junto a esses processos se estabelece a precarização do trabalho (Harvey, 1998; Antunes, 1999; Druk, 2011).

Essas são dinâmicas definidas no interior das mudanças internas da produção e que não se resumem à fábrica, pois é uma lógica presente socioespacialmente. Isto é, presente na fábrica, nas residências, nas instituições públicas ou privadas (com ou sem fins lucrativos), estendidas a toda vida contemporânea. Assim, a produção não se restringe a dinâmicas fabris, processos com ou sem aparato tecnológico. Trata-se de toda produção social demarcada por uma lógica de objetivos rentistas.

É nesse sentido que as mudanças internas da produção social impactam a vida e o mundo do trabalho. Exigindo outros compromissos sempre em favor do rentismo. É assim que a mobilidade (com demissões ou deslocamentos de cargo) consiste em tornar instável a presença e a seguridade do trabalho no processo de produção. A mobilidade retira a garantia de um trabalho duradouro, pois o torna facilmente descartável. Já a flexibilização impõe condições que submetem o trabalhador a regras da mesma dinâmica. O exemplo objetivo dessas condições, tanto no mundo do trabalho como na escola, ocorre pelas desregulamentações dos direitos trabalhistas com perdas absolutas ou reduções. Mobilidade e flexibilização corroem, portanto, as garantias trabalhistas. E tudo isso, desde a reestruturação do capital da segunda metade do século XX, é contabilizado como oportunidade de fortalecimento do rentismo. Como? As garantias trabalhistas são interpretadas como custo. Essa lógica entra no cálculo administrativo da produção para, em seguida, efetuar-se cortes.

O mundo do trabalho em que se inserem os professores é aquele comprometido com a Educação. Os professores temporários são exemplos diretos do trabalho sem estabilidade e retirada de direitos. E tais condições encontram respaldo nas políticas públicas de composição do quadro de professores.

O desenvolvimento social visualiza os contrastes apresentados na Educação como um todo, mas que permanecem como uma questão social intrigante. É preciso perceber como as políticas públicas definem, operam e territorializam essa questão social na atualidade a partir de uma ótica educacional.

A relação entre desenvolvimento territorial e as questões sociais se faz sentir nas diversas modalidades de precarização na Educação, na escola e no ensino. É parte integrante das desigualdades das condições de vida dos brasileiros. Por isso, é necessário ficar atento ao fato de que

As atuais políticas educacionais reproduzem o processo de expansão com precarização da educação pública brasileira. Entretanto, há especificidades na atual conjuntura neoliberal, visualizadas na finalidade de formação do trabalhador flexível e de consumidores (finalidade da educação), na política de currículo e avaliação externa - ações de controle da escola/professores -, e na política produtivista da meritocracia, da flexibilidade dos salários, condições de trabalho, visando otimizar custos em função de metas burocráticas (Couto, 2015, p. 109).

Dessa forma a flexibilização se faz presente na escola por meio da subcontratação de professores como sinal das “metas burocráticas”. Tudo isso de forma totalmente despreocupada com a quebra de vínculos pedagógicos e com a insegurança empregatícia.

No contrato temporário, os professores já são administrativamente conduzidos a não gerar laços intraescolares. A escola tende a não ser reconhecida na comunidade pelo trabalho desenvolvido por este ou aquele professor, pois seu trabalho ocorrerá por um período momentâneo. Na condição de temporário, o professor deixa de ser um ator permanente na escola.

A legislação e ação governamental vão tomando forma nos processos de territorialização da precarização e impactando o trabalho do professor e o processo de ensino-aprendizagem em todos os níveis educacionais (Oliveira, 2004).

Analizamos espacialmente essa problemática na perspectiva de Fernandes (2008a, 2008b, 2009), sobretudo pelo que chama de “atributos do território”. Esse autor formulou uma tipologia dos territórios, não como tipo ideal, mas para explicitar as disputas territoriais e os conflitos. Conflitos e tensões constatados como imanentes ao desenvolvimento territorial. Os conflitos e as disputas territoriais são partes indissociáveis da “contradição estrutural do capitalismo” (Fernandes, 2008a, p. 2). Para ele,

Sempre é importante enfatizar a relação entre os territórios como espaço de governança e como propriedade. Esta relação é determinada por políticas de desenvolvimento, portanto quem determina a política define a forma de organização dos territórios. Aqui é preciso lembrar seus atributos: cada território é uma totalidade, por exemplo, os territórios de um país, de um estado, de um município ou de uma propriedade são totalidades diferenciadas pelas relações sociais e escalas geográficas. Essas totalidades são multidimensionais e só são completas neste sentido, ou seja, relacionando sempre a dimensão política com todas as outras dimensões: social, ambiental, cultural, econômica etc. compreender essas relações é essencial para conhecermos as leituras territoriais realizadas por estudiosos de diversas áreas do conhecimento e por diferentes instituições que impõem seus projetos de desenvolvimento (Fernandes, 2008b, p. 5).

Compreender o território a partir dos seus atributos como: “governança”, “propriedade” e as “relações sociais”, permite discernir e entender as reflexões tomadas por esse estudo. São, pois, atributos que contribuem para reflexão sobre a totalidade dos fenômenos (nesse caso o trabalho de professores contratados) associados à dimensão da política pública do âmbito educacional.

No mundo do trabalho, as políticas públicas que afrouxam a estabilidade empregatícia e reduzem os direitos trabalhistas põem em prática um projeto específico de desenvolvimento. Considerar o avanço combinando-o com a redução de benefícios, antes garantidos, é uma forma de estabelecer um conflito e uma disputa territorial.

É assim que a política pública também organiza, dentre outras áreas, o território de uma demanda educacional específica. A política pública da Educação é, pois, um espaço de governança. Nessa trama, onde se encaixam os professores temporários? No rol de trabalhadores que têm experimentado com perdas os retrocessos trabalhistas, forma do território da precarização docente.

A mobilidade do mundo do trabalho toma conta do trabalho docente quando lhe retiram a estabilidade. O professor temporário se encaixa, ao mesmo tempo, na dinâmica flexível do mundo do trabalho ao dispor apenas da remuneração pelas atividades realizadas exclusivamente em sala de aula, ainda que a aula seja síntese de um conjunto de tarefas a serem desenvolvidas antes, durante e depois.

Na atividade docente, há como negligenciar o planejamento? Certamente, não. O trabalho pedagógico é um ofício que opera nos sujeitos pedagógicos uma reflexão que precede e preside a ação. Assim, além dos professores trabalharem nas aulas, se ocupam do trabalho escolar em casa e/ou no seu tempo livre para planejar, pesquisar, organizar tarefas, materiais didáticos, avaliações etc.

Este é um drama do professor contratado: só é considerado e pago o que se faz em sala de aula. Não entra na contabilidade salarial o trabalho realizado antes e depois do momento da aula, todo esforço por fora se torna trabalho gratuito. Essa contabilidade remuneratória se sustenta na seguinte ideia: todo o trabalho pedagógico necessário para a aula só ocorre entre o início e o seu fim.

Considerar o trabalho docente com base nessa ideia, é pressupor que o professor carrega em seu corpo todo o recurso necessário a aula realizada para turmas diversas, crianças e jovens diferentes, escolas e contextos distintos. Como se a aula não precisasse de uma preparação necessária, de planejamento. Nos espaços de governança que operam as políticas públicas educacionais na lógica descrita, não o fazem em nome da eficiência na educação pública. Antes, oneram o setor com prejuízos explícitos aos professores contratados.

Nesse sentido, parte da carga horária trabalhada sem remuneração é um sintoma da flexibilização do mundo do trabalho (Harvey, 1998; Antunes, 1999; Santos, 2010). Nesse contexto, Druck (2011) assevera, inclusive, sobre as mudanças do mundo da produção e do setor financeiro se inserindo profundamente na “vida social”. Vejamos:

[...] essa hegemonia do setor financeiro ultrapassa o terreno estritamente econômico do mercado e impregna todos os âmbitos da vida social, dando conteúdo a um novo modo de trabalho e de vida. Trata-se de uma rapidez inédita do tempo social, sustentado na volatilidade, efemeridade e descartabilidade sem limites de tudo o que se produz e, principalmente, dos que produzem – os homens e mulheres que vivem do trabalho. É isso que dá novo conteúdo à flexibilização e à precarização do trabalho, que se metamorfoseiam, assumindo novas dimensões e configurações. O curto prazo [...] impõe processos ágeis de produção e de trabalho, e, para tal, é indispensável contar com trabalhadores que se submetam a quaisquer condições para atender ao novo ritmo e às rápidas mudanças (Druck, 2011, p. 42).

No caso em análise, quais são as “condições” que os professores temporários são impelidos a atender em seu trabalho de sala de aula? Aquelas que devem aceitar a gratuidade do trabalho que se realiza fora da hora da atividade escolar. Além disso, é esperado que também consintam com a quebra de estabilidade empregatícia e com a vulnerabilidade financeira. Fica explícita a intransigência das mudanças trabalhistas de mobilidade e flexibilização sobre o professor temporário.

Como a legislação conduz a territorialização da precarização? A Lei federal nº 8.745/1993 “dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração federal direta” (Brasil, 1993). Essa previsão legal deu garantias aos contratos temporários e também foi aprofundada nas esferas estaduais e municipais.

Os professores temporários estão discriminados no artigo 2º, inciso IV dessa lei em que se descreve a admissão de professores substitutos e visitantes. Outros detalhes importantes estão no inciso VI com redação alterada pela Lei nº 9.849/1999 com a seguinte descrição do parágrafo 1º:

A contratação de professor substituto a que se refere o inciso IV far-se-á exclusivamente para suprir a falta de docente da carreira, decorrente de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para capacitação e afastamento ou licença de concessão obrigatória (Brasil, 1999, p. 4).

Igualmente, importante é o parágrafo 2º no qual se descreve que “as contratações para substituir professores afastados para capacitação ficam limitadas a dez por cento do total de cargos de docentes da carreira constante do quadro de lotação da instituição” (Brasil, 1999, p. 4). A contratação temporária se legitima pelo interesse público de “exclusividade”, mas com a devida “limitação” na quantidade de contratos e no tempo de vigência. É provável que o sentido dessas especificidades da lei seja a tentativa de não descaracterizar por completo o setor público.

No Brasil, todas essas mudanças se aprofundam com a Lei federal nº 13.429/2017 que versa sobre o trabalho temporário e a prestação de serviços. Vai sendo consolidada a aceitação pública da mobilidade e flexibilização dos vínculos empregatícios entre trabalhadores e instituições públicas ou privadas (Calcini, 2017).

Os espaços de governança estabelecem uma relação social de poder em que o território em disputa ganha espacialidade. Os atributos do território se tornam regimes normativos a serem

seguidos nas instituições ou empresas de natureza pública ou privada. Esses regimes normativos são territorializados pela legislação e as políticas públicas, conduzindo a vida dos servidores nos lugares do seu trabalho. Isso se alastra pelo território brasileiro, e os professores, como trabalhadores da Educação, não se encontram fora desse processo. Vejamos, a seguir, seus rebatimentos no município de Rio Largo/AL, observando especialmente as contratações de professores temporários.

TERRITORIALIZAÇÃO DA PRECARIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE RIO LARGO: BREVIDADE DO ENSINO E A COMPLEXIDADE DAS AUSÊNCIAS

A efetivação de professores temporários via Processo Seletivo Seriado - PSS é um instrumento legal em que o município de Rio Largo/AL preenche as carências do quadro de docentes. Essa é uma forma do poder público repor o quadro de professores efetivos concursados da mesma rede.

O PSS na rede da Educação desse município se insere como um instrumento decisivo do quadro funcional. O aspecto territorial de “governança” é composto por um conjunto de medidas vinculadas à Lei municipal de Rio Largo, Lei nº 1.973/2022, que regulamenta os contratos. Essa Lei é um dos desdobramentos ocorridos desde 2006. Dessa forma, a necessidade temporária de excepcional interesse público, em que versa a referida Lei, ganha outros sentidos. Isto é, se desloca de interesse provisório e se fixa como regime comum. Atravessa décadas sem revisão sobre o que se nomeia de “necessidade temporária”. Para os contratos temporários, geralmente, é oferecido um prazo de 24 meses (dois anos), mas, finalizado o prazo, se reedita a mesma condição sem nenhum impedimento.

Nesse município, a legislação permite que a prefeitura rescinda os contratos com os professores a qualquer momento. Essa quebra é garantida pelos editais de contratação via PSS. Neles afirma-se o seguinte:

O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:
I - pelo término do prazo contratual;
II - por iniciativa do contratado;
III - pelo contratante, em virtude da conveniência administrativa devidamente justificada (Lei nº 1.973/2022, Art. 12).

Fica instituído que os professores contratados em regime temporário serão submetidos à insegurança empregatícia. Com tal determinação, o contrato pode ser extinto “sem direito a indenizações e em virtude da conveniência administrativa”. Destaque-se que com ou sem a “justificativa” da extinção contratual não haverá “direito a indenizações”.

As consequências da mobilidade docente (devolução e/ou demissão instantânea) recaem sobre a organização e continuidade do processo de ensino-aprendizagem. Não sendo possível a segurança empregatícia dos professores, o mesmo ocorre com o planejamento de ensino ao longo do ano letivo.

Desse modo, na hipótese de uma rápida substituição, não se terá tempo hábil para se trabalhar todos os conhecimentos essenciais de uma turma, comprometendo o desenvolvimento dos alunos em relação à apropriação de conteúdos e habilidades no tempo adequado.

O planejamento pedagógico é, pois, vulnerável à extinção contratual do professor temporário. O rompimento do contrato rompe simultaneamente com: 1º) o planejamento pedagógico e 2º) os laços da formação escolar. Nesse sentido, não há garantias de que os alunos conseguirão prosseguir, depois, com os conteúdos atrasados.

Para lidar com esses desajustes, é comum um palpite nas escolas: os alunos que não acessaram certos conteúdos “aprenderão com a vida”. Essa é uma forma resignada e impotente que não enfrenta as inseguranças institucionais e instala um fazer sem seriedade. No jargão “aprenderão com a vida” não há bônus, só ônus que impacta o aluno.

A contratação de professores temporários está difundida em várias escolas. Assim, os problemas decorrentes da mobilidade e flexibilização sobre o processo de ensino-aprendizagem são ratificados nas normas e territorializados como políticas educacionais municipais. O jogo do desamparo contratual dos professores contratados se define da seguinte forma:

Para os postos de trabalho de nível superior, discriminados nos Códigos 1 a 11 da tabela do subitem 2.1, a remuneração a ser percebida pelo candidato aprovado e contratado corresponde ao valor da hora aula apresentado no quadro do subitem 2.1, de acordo com a carga horária contratada, observando-se a jornada de trabalho semanal máxima estabelecida no subitem 2.1 (Rio Largo, edital 001/2017-2019, p. 3).

Os professores PSSs têm o valor da hora-aula definido integralmente em sala por força contratual. Não ocorre pagamento para: 1) planejamento das aulas, 2) elaboração de tarefas e testes avaliativos, 3) confecção e organização de materiais pedagógicos adaptados para as diferentes necessidades dos alunos regulares e neurodivergentes ou neurotípico, 4) gestão de projetos na escola e na comunidade, 5) participações em reuniões e encontros com a comunidade escolar, sobretudo em reuniões com os pais, secretaria municipal de Educação etc.

Resumir o trabalho pedagógico pontualmente à sala de aula é uma forma de política pública educacional que requer atenção e responsabilidade. No universo educacional já é consagrado a importância do planejamento. Se no PSS as horas de planejamento não compõem a carga horária remunerada, então, é validado institucionalmente o trabalho pedagógico sem preparação.

Contudo, como atribuições dos professores, os editais de 2017-2019 informam o seguinte:

Exercer atividades docentes e de suporte pedagógico em planejamento, execução, orientação, controle e administração do processo educacional, atuando no Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos, e demais atividades correlatas (Rio Largo, edital 001/2017-2019).

É notório que as atribuições que não dizem respeito à sala devem ser assumidas independentemente da carga horária remunerada que é restrita à hora/aula contratada. Assim, conforme os editais, os professores devem planejar como responsabilidade de seu ofício assumindo o ônus de não ser remunerado por isso. Todavia, o trabalho extra sala de aula não se trata de um altruísmo ou voluntariado, é trabalho obrigatório não pago, é espoliação do salário, pois é uma atribuição necessária para que a aula seja efetivada.

Nessa perspectiva de produção do trabalho escolar, o mestre se torna figura rotativa e descartável. Assim, a agonia e a frustração ficam implicadas em um ensino marcado pelo tempo pedagógico exíguo e acelerado. Nesse ritmo, vai se efetivando um fazer pedagógico relapso ao invés de atencioso, arbitrário ao invés de sistemático e metódico. O imediatismo dá forma a uma prática educativa pragmática cujos erros recorrentemente resultam na culpabilização do docente.

Essa política impacta a comunidade escolar. Torna-se local de violência simbólica na medida em que vai aniquilando a troca sadia e tranquila entre professores e estudantes. Não promove o prazer em socializar e apropriar-se do conhecimento, pois trata-se de uma relação marcada por ritmo frenético e que conserva desinteresse.

É assim que se forja em sala de aula o desprezo pelos laços e as afinidades pedagógicas, quando professores e estudantes são colocados em situação repulsiva. O tempo necessário para trabalhar conhecimentos requer vínculos que não se constroem rapidamente, pois exige paciência e dedicação.

Dessa forma, o trabalho temporário de professores destoa da qualidade na formação humana, pois é avesso ao postulado Freireano do aprender em comunhão (1996). O trabalho educativo frenético e constrangido pela mobilidade empregatícia torna a relação pedagógica desconfortável.

Esse desconforto é apenas um dos momentos que ocorrem com a complexidade das ausências das escolas e com as ações de políticas que precarizam. O contexto complexo pode ser observado com base nas ausências de instrumentos, suportes e condições que auxiliem o

trabalho do professor. São ausências que resultam não só na falta de materiais, mas também na falta de corpo técnico necessário para assistência.

Não é novidade que tais fragilidades fazem parte de uma complexidade comum consagrada no desafio histórico das políticas públicas da Educação. As reclamações desses fatos são recorrentes pela comunidade escolar, sobretudo por parte dos professores (observados especificamente no 3º subtítulo deste estudo).

Essas condições se fazem tão presentes no interior das escolas que parecem fazer parte natural do cotidiano escolar colocando, inclusive, os professores numa rota de aceitação dessas ausências. Não é opção do educador desenvolver seu trabalho pautado na precariedade. As demandas diárias os empurram para dar sequência às atividades pedagógicas da maneira que for possível. Não é fatalismo (no sentido de descompromisso), é condicionamento embrutecedor da precarização.

O cotidiano precarizado na rotina escolar impõe uma condição definida na seguinte expressão prática e desesperadora: “faça como pode”. Essa prática encobre o trabalho do professor com um imobilismo institucional. Rotina que, impactada pelas ausências de condições, fragiliza o ensino e naturaliza o simplismo como fazer pedagógico, forte combustível para dissimular o interesse nos educandos.

Com tudo isso, sobram motivos para os discentes abnegar-se da atenção em sala de aula. Suas condições emocionais, físicas e/ou fisiológicas nem sempre estão satisfeitas. As relações interpessoais entre eles também nem sempre estão harmoniosas. Ademais, em sala de aula, esses sentimentos são pulverizados em vários alunos e turmas.

É assim que o cotidiano da sala de aula é acompanhado de um conjunto de situações irresolutas. Situações que podem, inclusive, eclodirem repentinamente como um vulcão numa aula ou outra. Como sintomas da brevidade do ensino e aprendizagem, as aulas são fatiadas em componentes curriculares. O cronograma letivo dividido em turmas é organizado para que as aulas sejam regidas por vários professores. Estes visitam as salas de aulas percorrendo os corredores da escola para um lado e para outro. Em algumas escolas, em um único turno, o rodízio é estabelecido de tal forma que os professores podem até transitar mais de cinco vezes por aulas em salas diferentes.

Sendo assim, o cronograma de aulas faz muitas vezes do professor um transeunte de salas. Considerando um turno, cinco aulas e o contingente de 50 alunos por turma, os atendimentos pedagógicos atingem a marca de 250 alunos. Uma somatória de um dia letivo com três turnos chega-se à marca de 750 alunos por dia com atendimento pedagógico. Esse é o produtivismo do currículo pragmático do ano letivo.

Nos processos educacionais, isso não é qualidade. Ao contrário, o trabalho pedagógico frenético e fragmentado dificulta o ensino e aprendizagem intensificando as tensões. Ao invés do cuidado atencioso das relações pedagógicas, os atos de efemeridade tomam conta. Nesse ritmo, as aulas conformam relações e processos pedagógicos em um composto de transitoriedade.

Muitos autores da Educação e da Geografia Escolar analisam múltiplos desafios para lidar com os diversos e adversos contextos da escola. Corroborando as ideias de Cavalcanti (2017), identifica-se a necessidade de uma formação inicial sólida como forma fundamental para agir de maneira preparada sobre as demandas escolares.

Para a autora, a academia é fundamental na formação de professores, pois destaca como imprescindível a relação da autonomia intelectual com o trabalho pedagógico realizado em sala. Essa relação é também sugerida para integrar, no caso do professor de Geografia, os conhecimentos geográficos a outras formas de conhecimentos.

Essas atribuições são práticas educativas da escola que se constituem. Isso ocorre porque “a prática escolar tem uma dinâmica e cultura própria” (Cavalcanti, 2017, p. 104), ainda que forças institucionais externas tentem a influenciar. Na escola dinamizam-se condicionantes de várias ordens envolvendo toda comunidade e os sujeitos pertencentes a ela. Envolve um mundo de situações trazido para dentro da escola, bem como as combinações e acordos estabelecidos

internamente. Essa dinâmica singular precisa ser encarada e interpretada pelo professor que lida com isso a partir de sua matéria. Nesse sentido, a autora ressalta:

O amálgama resultante dessa interação é a prática possível em um momento dado, diante das condições de trabalho que o professor encontra, que em grande parte dos casos são condições precárias; da gestão da escola; das formas de inserção das demandas externas; mas, principalmente, diante dos alunos e suas demandas, seu envolvimento, seus modos de aprendizagem (Cavalcanti, 2017, p. 104).

É importante refletir e destacar o que, em outros termos, seria essa “prática possível”. Sobre o trabalho dos professores, trata-se de um vilipêndio em que as ausências de condições impactam todo o trabalho escolar. Por conseguinte, violenta as possibilidades dos discentes experimentarem a formação de maneira mais pertinente e rica em detalhes. Tudo isso impacta o ensino de tal maneira que o transforma em “meta burocrática” cujo cumprimento ocorre pelo formalismo e obrigação.

Nesses termos, o ensino passa a ser uma experiência de conflitos e quase nunca de harmonia, uma experiência de inquietação e desconforto ao mesmo tempo que não oportuniza a construção de laços de corresponsabilidade nos estudos. Tudo isso se vincula diretamente à política pública educacional, da contratação de professores até a preparação às demandas próprias da sala de aula.

Tudo isso também contrariamente ao equilíbrio entre o enérgico compromisso, necessário ao trabalho pedagógico, e a avalanche das atribuições burocráticas na rotina escolar. Caberia, inclusive, refletir por intermédio de outras pesquisas, se o fracasso escolar não seria íntimo dessa formação descompromissada de vínculos nas relações pedagógicas. Relações pressionadas pela efemeridade e transitoriedade do currículo e do ensino.

O QUE REVELAM OS PROFESSORES CONTRATADOS DE RIO LARGO/AL

Para verificar a precarização na escola, a partir de quem a experimentou, foi aplicado um questionário entre novembro e dezembro de 2019 para 32 professores temporários. Professores atuantes no triênio 2017, 2018, 2019 envolvendo tanto quem ficou em somente um desses anos, como também nos três. Os editais lançados pela prefeitura apresentaram diferentes demandas de vagas para cada ano. De acordo com as vagas ofertadas, foram 110 vagas em 2017, 56 vagas em 2018, e 113 vagas em 2019, totalizando 279 (Rio Largo, edital 001/2017-2019).

Os professores que responderam ao questionário são 80,6% do sexo feminino e 19,4% do sexo masculino, sendo 54,8% com idade entre 36 e 45 anos. A contratação temporária atinge principalmente os professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ou seja, do 1º ao 5º ano, correspondendo a 67,7% dos PSSs, e as demais vagas são destinadas aos segmentos escolares dos Anos Finais do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano (Geografia, Artes, Ciências, Educação Física, História, Língua Estrangeira e Língua Portuguesa, Matemática e Ensino Religioso).

Entre eles, 83,9% são graduados. E quanto ao tempo de exercício da docência, 45,2% dispõem de menos de 5 anos, enquanto 25,8% possuem entre 5 e 10 anos. De modo geral, a maioria dos professores temporários são jovens na atuação de sala de aula e com carga horária entre 20 e 25 horas semanais. Considera-se, também, aqueles que complementam suas horas letivas em mais de uma escola por não conseguir carga horária suficiente em uma mesma unidade. Os professores mais acometidos por essa divisão de horas e de escolas diferentes são aqueles dos componentes curriculares dos Anos Finais (6º ao 9º). Os que se tornam, por necessidade, transeuntes de sala/escolas distintas.

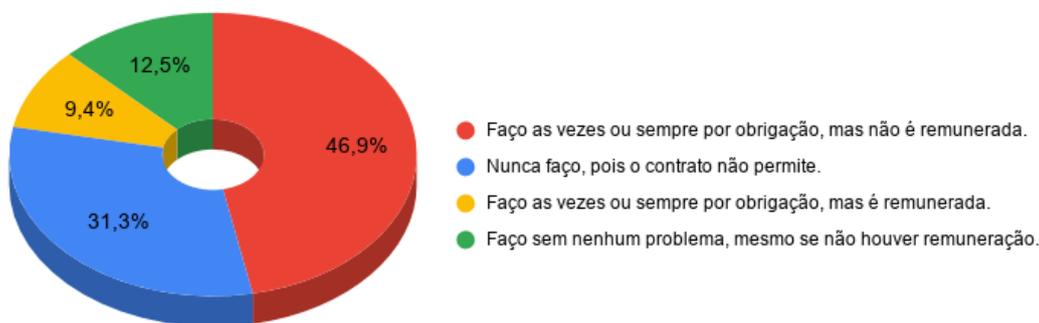
A questão do planejamento não remunerado é revelada na figura 1. Apenas 9,4% dos professores dizem cumprir horas extras com remuneração, enquanto os demais não recebem nenhum tipo de remuneração extra. Isso só era possível se houvesse disposição e reorganização

interna da escola nas horas/trabalho, pois, conforme já demonstrado nos editais, o contrato só garante remuneração para hora/aula.

A carga de horas não pagas se soma ao impacto salarial. Dos professores pesquisados, 71,9% tinham remuneração variando entre R\$1.000,00 a R\$1.400,00. Na faixa salarial entre R\$1.400,00 e R\$1.706,00 foram 18,8%. E os demais, 9,3%, acima de R\$1.706,00. Valores com referência ao salário bruto dos professores. Em Rio Largo, a hora/aula trabalhada era de R\$11,49 em 2017, R\$12,27 em 2018 e R\$13 em 2019 (Rio Largo, edital 001/2017-2019).

É coerente a recomendação dos editais (2017-2019) sobre “planejamento, execução, orientação e controle dos processos educacionais”, pois nada disso pode ficar de fora na Educação. Mas fica a questão: de todo o esforço com a Educação, por que são os professores que devem assumir a responsabilidade e o ônus desse dever? Por ofício, eles já assumem as responsabilidades, mas no contrato temporário também assumem o ônus salarial. Isso ocorre em 59,4% (Figura 1, somatória da indicação em vermelho e verde no gráfico) dos professores entrevistados que cumprem horas extras não remuneradas.

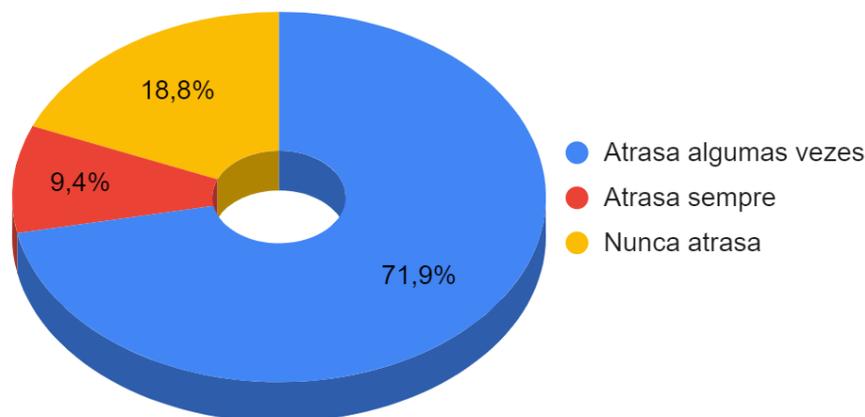
Figura 1. Cumprimento de hora extra de professores PSSs



Org. Autores (2024).

Essa política de contratação temporária territorializa um descompromisso com a qualidade do ensino e aprendizagem impactando diretamente os professores. Somado ao impacto do vilipêndio das ausências, as contratações temporárias compreendem uma política educacional que territorializa nas escolas um somatório de problemas.

Figura 2. Periodicidade do recebimento do salário

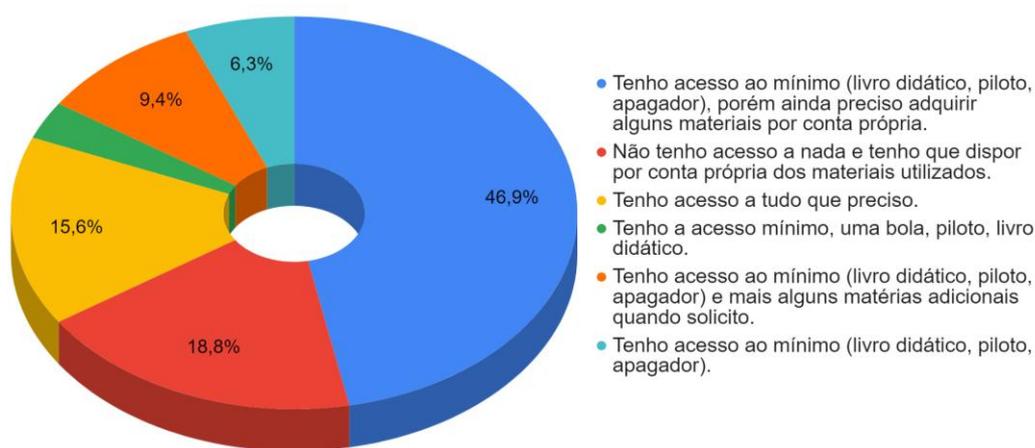


Org. Autores (2024).

Se as horas não pagas não configurarem uma prática irregular, que dizer dos atrasos salariais? 81,3% dos entrevistados informaram que há atrasos (Figura 2, fatias azul e vermelha do gráfico). Não bastando as condições em que o trabalho dos professores está submetido, ainda são levados à condição de não dispor do salário em dia. Esse é mais um flagrante de desrespeito ao trabalho dos professores.

Essas limitações atingem aos professores, mas também há limitações que afetam os estudantes quanto ao acesso de materiais didáticos complementares. De acordo com a Figura 3, 81,4% dos professores indicam que têm acesso apenas ao mínimo de materiais. Contudo, muitos deles dispõem de alguns materiais por conta própria. Assim, são poucos os que conseguem ter acesso ao que precisam usar nas escolas.

Figura 3. Acesso dos professores aos materiais, instrumentos, equipamentos escolares ofertados pela escola



Org. Autores (2024).

Além dos dados em gráficos, foi importante apresentar em quadros o que dizem os professores. Para preservar suas identidades, foram identificados com abreviação “prof.” seguido da numeração da ordem de envio das respostas ao questionário. Como na questão aberta foram apresentados diversos problemas que impactam seu trabalho, optamos por expor na íntegra suas justas reclamações.

Para melhor organização das informações, agregamos as respostas em três quadros. Cada um indica uma categoria que agrega os elementos apresentados nas respostas, são eles: quadro 1 - categoria que versa sobre acesso de materiais, estrutura e tempo para planejamento; quadro 2 - categoria relacionada às dificuldades gerais da comunidade escolar; quadro 3 - explana as dificuldades gerais de várias situações e causas. Por esse motivo, os quadros abaixo irão apresentar respostas dos professores de acordo com a ordem dessas categorias. Isto é, os professores/nº que estiverem faltando no quadro 1 constarão no quadro 2 ou 3 de acordo com as suas respostas.

Quadro 1. Relatos de dificuldades relacionadas ao acesso de materiais, estrutura e tempo para organização e planejamento

Nº e Identificação	Relatos
Prof. 2	Falta de material, como: chamex, cartolinas, etc.

Prof. 3	Matérias de trabalho e hora de planejamento.
Prof. 4	Água, falta quase todos os dias.
Prof. 5	Falta de materiais escolares para desenvolver uma aula dinâmica, pouco tempo para planejamento, pois há diferença entre contratados e efetivos.
Prof. 7	Mídia, material didático, falta de água para desenvolver trabalho da horta sustentável...
Prof. 9	Falta de materiais em bom estado, como bolas, cones, cordas...
Prof. 10	Como sou da área da Educação Física, minha maior dificuldade é a falta de espaço e de materiais para as aulas práticas.
Prof. 17	Falta de espaço e materiais.
Prof. 18	A falta de instrumentos tecnológicos como computador, Datashow, TV e xerox dificulta e muito o nosso trabalho, um outro fator que dificulta e que todo material fica praticamente escondido dentro de um armário com o acesso apenas da coordenação.
Prof. 19	Falta de material, equipamentos de trabalho, espaço físico extra sala.
Prof. 23	A falta de recursos, a estrutura precária do prédio e a falta de suporte por parte da gestão sem dúvida dificultam o desenvolvimento de um trabalho com maior qualidade em sala de aula.
Prof. 24	A falta de materiais, a falta de apoio da gestão para tratar de assuntos referentes à criança junto à família, a falta de auxiliar de professor, a falta de valorização do trabalho do professor como profissional, a necessidade de custear algumas atividades a serem realizadas com as crianças.
Prof. 25	Material didático para as atividades avaliativas.
Prof. 27	A falta de material e a disponibilidade para utilizá-los.
Prof. 30	Poucos materiais para dar aula de Educação Física. Sempre faço pedido, mas nunca chega material, e quando chega é contado nos dedos.
Prof. 32	Espaço adequado para desenvolver atividade física. Materiais suficientes para atender a demanda de alunos.

Fonte: Pesquisa Direta, 2019 / Org. Autores (2024).

O Quadro 1 expõe o vilipêndio das ausências sobre o trabalho dos professores atingindo a todos os sujeitos pedagógicos (professor e alunos). É assim que a qualidade é atribulada pelos baixos salários, planejamento não pago, ausência/insuficiência de materiais. Contudo, não se encerra por aí. Sendo assim, seguimos para o Quadro 2.

Quadro 2. Relatos de dificuldades relacionadas especificamente à comunidade escolar (alunos, familiares, funcionários como professores, técnicos e equipe gestora)

Nº e Identificação	Relatos
Prof. 11	Sala de aula com alunos acima do limite.
Prof. 12	Falta de comunicação que seria primordial, apoio, e separação entre efetivos e contratados que não deveria haver diferença!
Prof. 20	A falta de comunicação entre gestão, coordenação e professores. Houve muitos

	contratempos por conta desse diálogo.
Prof. 21	A socialização entre gestão e docentes.
Prof. 22	Tratamento diferenciado por ser funcionária contratada, sem direito a décimo férias e rateio de verbas.
Prof. 26	Crianças com dificuldades especiais sem o devido preparo pelo professor para atender às suas especificidades, tendo em vista o quantitativo de alunos por sala.
Prof. 29	Mais apoio da direção e coordenação da escola aos professores.

Fonte: Pesquisa Direta, 2019 / Org. Autores (2024).

O Quadro 2 evidencia o excesso no contingente de alunos por turma e a escassez da equipe pedagógica (direção, coordenação e professores) para dar conta e gerenciar as diversas demandas emergentes da comunidade escolar. Outra necessidade é a comunicação e o respeito à função temporária exercida que também se faz sentir como necessidade nas relações entre a equipe. E ainda não se encerram os problemas. Conforme o quadro 3, outras dificuldades se apresentam, vejamos:

Quadro 3. Relatos de dificuldades relacionadas a diversas situações e causas

Nº e Identificação	Relatos
Prof. 1	As dificuldades são diversas. Salas superlotadas, ventilador que não funciona, PSS não tem direito a departamento, alunos fora de faixa, ausência dos pais e pouco interesse por parte dos alunos na leitura e escrita.
Prof. 6	A falta de recursos necessários para o desenvolvimento das aulas de Arte, como exemplo Material de desenho, falta de matérias para produções teatrais, sala apropriada para experiências artísticas, excesso de alunos por turma, falta de departamento para elaborar o planejamento, falta de direitos trabalhistas, como por exemplo, direito 10º terceiro, rateio, férias remuneradas, etc.
Prof. 8	Gestão, falta total de materiais didáticos e de demais gêneros, sem tempo para produzir materiais e elaborar planejamentos. Bem como para elaborar e preencher documentos.
Prof. 13	Falta de material, falta de comunicação da parte da gestão com os professores.
Prof. 14	Material de esporte que é deteriorado, quadra que não existe na escola, tempo de planejamento que não disponho, desvalorização da profissão.
Prof. 15	Resumidamente, a falta de material (alguns materiais, tem outros que temos que comemorar). Neste caso, eu particularmente, não compro. E o tempo de planejamento que não se tem e também não é remunerado.
Prof. 16	Um contrato sem direitos trabalhistas e sem garantias. A falta de comunicação atrapalha muito.
Prof. 28	Indisciplina em sala de aula, falta de recursos materiais necessários, grande quantidade de aluno por turma, baixo salário, entre outros.
Prof. 31	A falta de livros didáticos individual para cada aluno, xérox. A ausência dos pais no acompanhamento dos filhos.

Fonte: Pesquisa Direta, 2019 / Org. Autores (2024).

No Quadro 3, observam-se razões e problemas específicos e variados tais como: falta de materiais e infraestrutura, superlotação, indisciplina, condições para planejamento, dificuldades de diálogo, necessidade de trabalho conjunto entre a equipe gestora e professores etc. São problemas que se assentam sobre o trabalho desse professor que já é impactado pela mobilidade (insegurança empregatícia) e flexibilidade (retirada de direitos trabalhistas).

Os relatos em destaque nos quadros acima consistem em súplicas internalizadas nas escolas. Quem são as vítimas? Toda a comunidade escolar cujas vozes são esquecidas nos parâmetros orientadores das políticas públicas educacionais.

Todas as manhãs, tardes e noites, entre cinco e seis dias (considerando os sábados letivos), essas são as vozes que vibram, verbalizam e socializam conhecimentos em sala de aula. Trata-se da efetivação da política educacional objetivada pelos professores, pois são eles os primeiros incumbidos a assumirem as responsabilidades e o ônus desse processo. É assim que o seu cotidiano é levado por um conjunto de situações da escola que avilta o trabalho dos professores e impactam as mediações do processo de ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas ao longo deste estudo salientaram a precarização do ensino como processo que, por meio de política educacional do município em evidência, se territorializa a desvalorização da Educação. Os sintomas desse problema são observados pela desvalorização do trabalho pedagógico desenvolvido pelo professor e por um conjunto de ausências que impactam o ensino e aprendizagem.

Os professores contratados via PSSs são submetidos a uma lógica de contratação vinculada a um conjunto de mudanças e debilitações que vêm ocorrendo no mundo da produção e do trabalho em diferentes escalas.

Nesse sentido, foi perceptível que a precarização institucionalizada no município de Rio Largo via PSSs, no período analisado, submete os professores a um processo de mobilidade empregatícia (insegurança que os ameaça perder o emprego a qualquer momento) e flexibilização (perda ou redução de direitos trabalhistas) no plano local.

Na escola, essas determinações são objetificadas na forma de instabilidade empregatícia, fragilidade salarial, fragmentação do ensino e aprendizagem, ausência de materiais e adequada infraestrutura, equipe disponível reduzida, falta de coesão na comunidade escolar para as demandas educacionais.

Esse conjunto de limitações, formuladas como política pública, impactam fortemente a Educação do referido município. O ônus desse impacto recai sobre os sujeitos pedagógicos. Os professores são atingidos com a precarização do trabalho e os estudantes pela dificuldade de acessar uma Educação de mais oportunidade e condições. É assim que essa dinâmica avilta as relações pedagógicas e estabelece um empobrecimento nas formas de se fazer Educação.

Por fim, foi entendido que, com a contratação de professores temporários, a precarização territorializada nas escolas reproduz socioespacialmente uma ideia de Educação que não contribui para o enriquecimento educacional das pessoas e muito menos para o desenvolvimento humano do município. Em termos de avanços societários, o que se pode esperar com as condições educacionais apresentadas pela pesquisa é a fixação de um limiar de pobreza. Condições que estabelecem um reduzido grau de instrução e forte comprometimento na formação do conjunto da juventude na escala municipal. Tudo aquilo que atinge territorialmente o presente e o futuro da Educação, atinge consequentemente o futuro de uma população inteira.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- BRASIL. Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8745cons.htm. Acesso em: 02 jun. 2024.
- BRASIL. Lei nº 9.849, de 26 de outubro de 1999. Altera os arts. 2o, 3o, 4o, 5o, 6o, 7o e 9o da Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9849.htm#art1. Acesso em: 02 jun. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei n o 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília, DF, 31 de mar. 2017. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm#art1. Acesso em: 10 maio 2024.
- BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. (org.). Radar: tecnologia, produção e comércio exterior. 32. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2014. 32 v. (4). Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/140508_radar32.pdf. Acesso em: 08 maio 2024.
- CALCINI, R. S. A nova lei da terceirização e a reforma trabalhista. 2017. Migalhas. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI267633,21048>
A+nova+lei+da+terceirizacao+e+a+reforma+trabalhista. Acesso em: 02 nov. 2024.
- CAVALCANTI, L. de S. O trabalho do professor de geografia e tensões entre demandas da formação e do cotidiano escolar. In: Conhecimentos de Geografia: percursos de formação docente e práticas da educação básica. Org. ASCENÇÃO, V. de O. R. ... [et al.]. B.H.: IGC, 2017. Disponível em: <https://www.igc.ufmg.br/wp-content/uploads/2022/06/livroXIIENPEG.pdf>. Acesso em: 02 maio 2024.
- COUTO, M. A. C. Ensinar geografia na escola pública de hoje. In: Ensino de geografia: produção do espaço e processos formativos. Org.: SACRAMENTO, A. C. R.; SANTANA FILHO, M. M.; ANTUNES, C. da F. Ensino de geografia: produção do espaço e processos formativos. 1. ed. Rio de Janeiro: CONSEQUÊNCIA/FAPERJ, 2015. v. 1. 350p.
- DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? Cad. CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37-57, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a04v24nspe1>. Acesso em: 05 maio 2024.
- FERNANDES, B.M. Sobre a tipologia de territórios. In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- _____. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial In: Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2008a, p. 173-224.
- _____. Entrando nos territórios do Território. In: Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008b, p. 273-302.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.
- HARVEY, D. A transformação política – econômica do capitalismo do final do século XX. In. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 8ª ed. São Paulo: Loyola 1998. p. 115 – 184.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: população e domicílio: primeiros resultados. / RJ: IBGE, 2023, [75] p.: il. color. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102011.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. Capítulo 3 Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. In: _____. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986, p. 35-44.

MOURA, J. da S. et al. A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. Rev. Prof. Doc., [S. l.], v. 19, n. 40, p. 01–17, 2019. DOI: 10.31496/rpd.v19i40.1242. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1242>. Acesso em: 30 maio 2024.

Oliveira D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004: DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000400003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NM7Gfq9ZpjpVcJnsSFdrM3F/?lang=pt> . Acesso em: 30 maio 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO/AL. Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Professores de Ensino Fundamental Anos Finais. Edital 001/2017, 05 de abril de de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO/AL. Processo Seletivo Simplificado para contratação de professores e demais profissionais da educação. Edital 001/2018, 16 de fevereiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO LARGO/AL. Processo Seletivo Simplificado para contratação de professores e demais profissionais da educação. Edital 001/2019, 29 de abril de 2019.

RIO LARGO/AL. Lei N° 1.973, de 22 de dezembro de 2022. Dispõe sobre a contratação temporária para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e dá outras providências. Disponível em:

https://sapl.riolargo.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2022/364/dispoe_sobre_a_contratacao_temporaria_para_atender_a_necessidade_temporaria_de_excepcional_interesse_publico_nos_termos_do_artigo_37_inciso_ix_da_constituicao_federal_e_da_outras_providencias.pdf. Acesso em: 17 fev. 2024..